

Representatividade feminina na CLDF

5

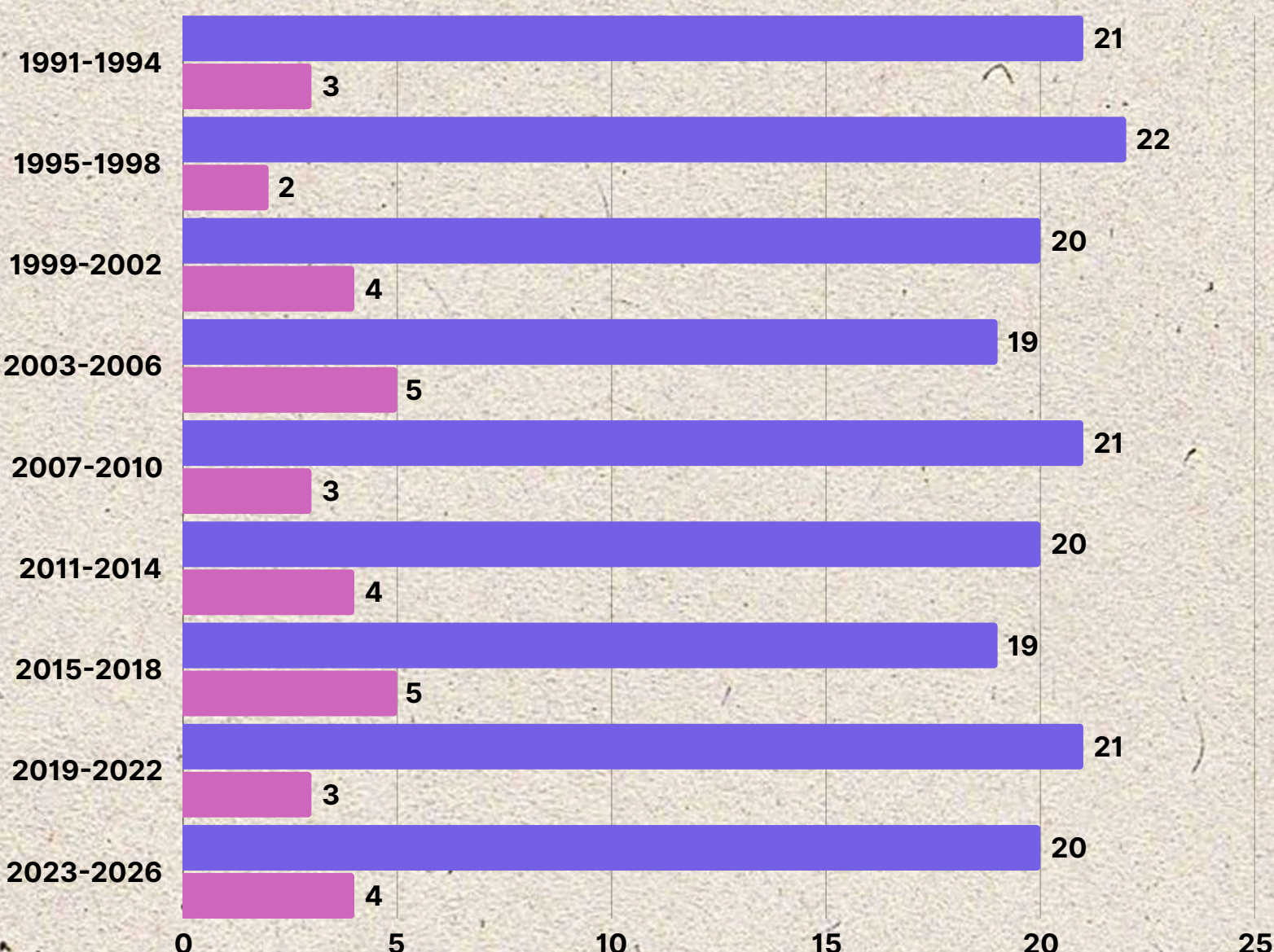
foi o maior número de deputadas por legislatura

registrado na 4ª (2003-2006) e na 7ª (2015-2018) legislaturas

Representatividade de gênero na CLDF

1ª a 9ª legislatura

● Homens ● Mulheres



Mulheres representam

51,84%

da população do DF

Dados da PNAD Contínua (2024/3º tri)

Mulheres representam

16,67%

da composição da atual
legislatura da CLDF

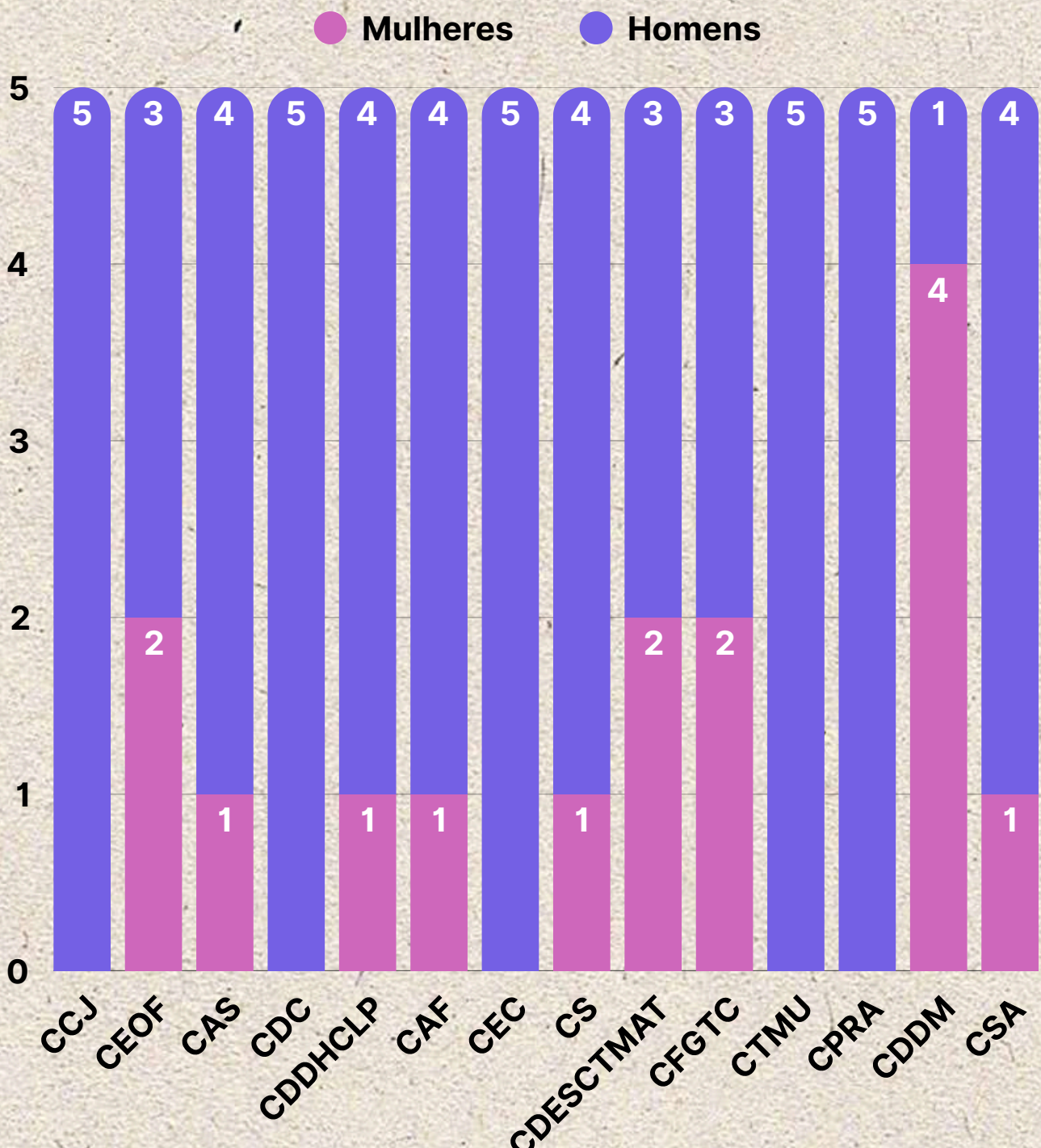


Representatividade feminina na CLDF

Uma produção Conofis/CLDF

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

Biênio: 2025-2026 – por gênero (somente membros titulares)



1 Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher possui maioria de mulheres, com 4 dos 5 membros

5 Comissões integralmente constituídas por homens: CPRA, CTMU, CEC, CDC e CCJ

3 Comissões possuem representação feminina de 40%: CEOF, CFGTC e CDESCTMAT

5 Comissões apresentam representação feminina de 20%: CSA, CS, CAF, CDDHCLP e CAS

- CSA** – Comissão de Saúde
- CDDM** – Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher
- CPRA** – Comissão de Produção Rural e Abastecimento
- CTMU** – Comissão de Transporte e Mobilidade Urbana
- CFGTC** – Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle
- CDESCTMAT** – Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo
- CS** – Comissão de Segurança
- CEC** – Comissão de Educação e Cultura
- CAF** – Comissão de Assuntos Fundiários
- CDDHCLP** – Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa
- CDC** – Comissão de Defesa do Consumidor
- CAS** – Comissão de Assuntos Sociais
- CEOF** – Comissão de Economia, Orçamento e Finanças
- CCJ** – Comissão de Constituição e Justiça



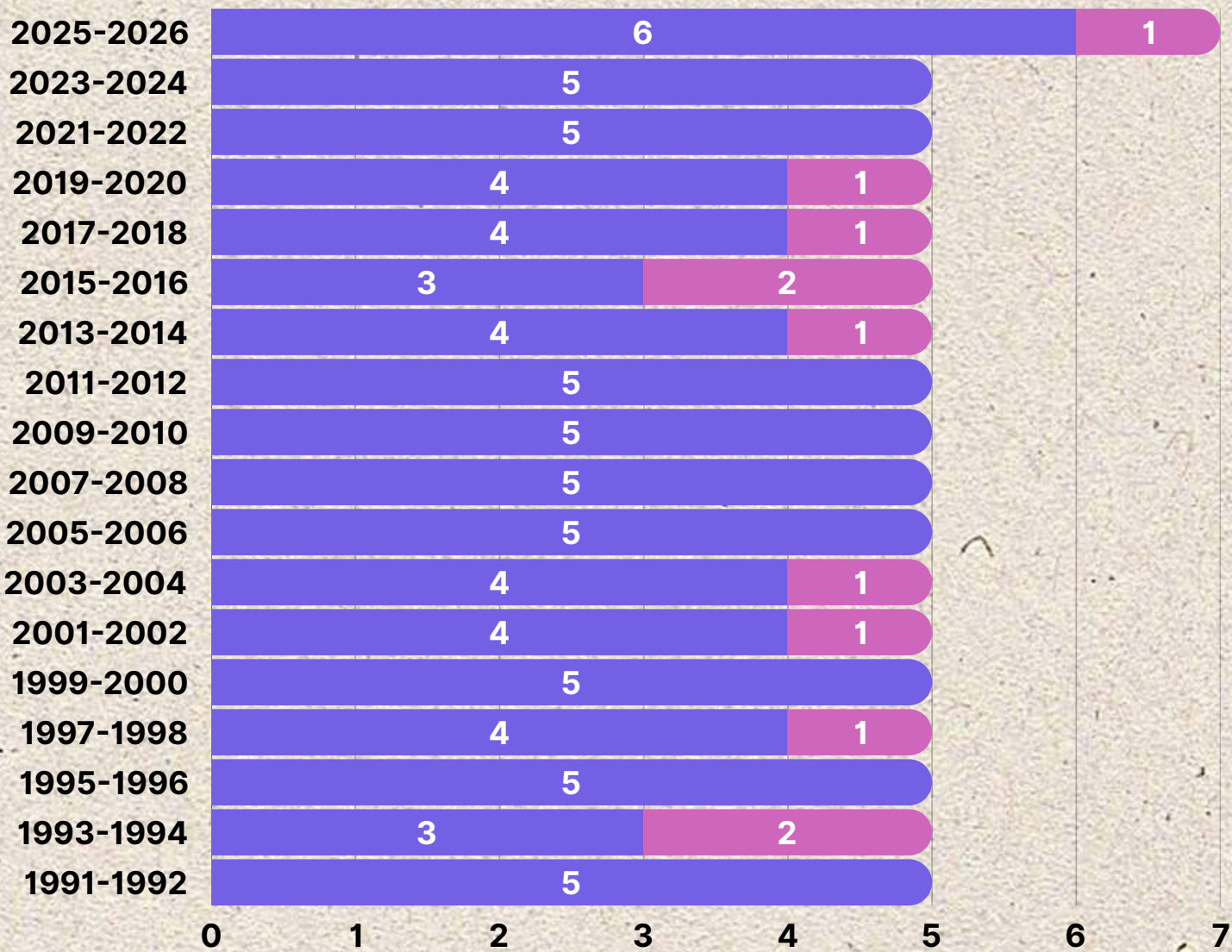
Representatividade feminina na CLDF

Uma produção Conofis/CLDF

COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA

(por gênero – somente membros titulares)

● Homens ● Mulheres



Em 9 biênios, a composição da Mesa Diretora foi 100% masculina

No biênio 2025-2026, uma deputada distrital ocupa a Segunda Vice-Presidência

Procuradorias Especiais

- Os cargos de procuradora especial da mulher e de procuradora adjunta são ocupados exclusivamente por mulheres, garantindo uma composição 100% feminina (art. 106 do RICLDF).
- Os cargos de procurador especial e adjunto da PRO60+* e da PEJUV** são ocupados exclusivamente por deputados.

Os biênios 1993-1994 e 2015-2016

registraram a maior representação feminina, com 2 deputadas integrando a Mesa

(*) PRO60+ é a Procuradoria Especial de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa
(**) PEJUV é a Procuradoria Especial de Defesa dos Direitos da Juventude



Leis sancionadas voltadas para a mulher no DF

Uma produção Conofis/CLDF

158 leis

vigentes em defesa da mulher foram publicadas entre 1992 e 2024

Temas em defesa da mulher identificados na legislação

Pode existir mais de um tema atrelado à cada lei

- Assistência social – 18 leis
- Combate à violência contra a mulher – 73 leis
- Direitos de mulheres jovens, idosas e com deficiência – 7 leis
- Direitos em estabelecimentos prisionais – 3 leis
- Educação para igualdade e cidadania – 9 leis
- Enfrentamento do racismo, sexismo, lesbofobia e transfobia – 1 lei
- Igualdade e autonomia econômica – 26 leis
- Inclusão no calendário oficial – 23 leis
- Participação social e em espaços de poder e decisão – 4 leis
- Proteção e promoção dos direitos da mulher – 27 leis
- Saúde integral, direitos sexuais e reprodutivos – 52 leis

73

é o maior número de leis relacionadas ao mesmo tema: "Combate à violência contra a mulher"

22

LEIS EFETIVAMENTE APLICADAS

15

LEIS PARCIALMENTE APLICADAS

6

LEIS NÃO APLICADAS

115

LEIS DE APLICAÇÃO INDETERMINADA

As Leis n. 4.843/2012 e 6.283/2019 tratam da divulgação dos telefones do Disque-Denúncia de Violência contra a Mulher, ambas com status de aplicação indeterminado.

Paralelismo Legislativo identificado!



Violência contra a mulher no DF

Uma produção Conofis/CLDF

No DF, em média,
2
mulheres
são estupradas por dia

Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2024

60,68

estupros por 100 mil habitantes foi a taxa média nacional em 2024.

6.344

foi o número de feminicídios registrados no Brasil de jan. 2020 a jul. 2024.

42,91

estupros por 100 mil habitantes foi a taxa média no DF em 2024.

105

casos de feminicídio foram registrados no DF de jan. 2020 a jul. 2024, menor número da Região Centro-Oeste.

Distrito Federal

744

mulheres foram vítimas de outros tipos de homicídio no DF entre janeiro de 2015 e julho de 2024, incluindo casos dolosos, latrocínios, mortes no trânsito, lesão corporal seguida de morte, mortes a esclarecer e ações de forças de segurança, segundo o MJSP. Alguns casos podem ter sido classificados erroneamente, ocultando feminicídios.

2021

o DF apresentou taxa de 1,70 feminicídio para cada 100 mil habitantes, acima da média nacional.

2023

o DF apresentou a 4ª maior taxa de feminicídio do Brasil: 2,13 por 100 mil habitantes.

Ceilândia

foi a RA em que mais ocorreram feminicídios: 18 (17,14%) dos 105 registrados de jan. 2020 a jul. 2024.



Rede de apoio à mulher no DF

Uma produção Conofis/CLDF

A Lei Distrital n.

7.314/2023

criou assistência financeira para filhos de vítimas de feminicídio no DF. Abrange menores de 18 anos e, em situação de vulnerabilidade financeira, até os 21 anos de idade

210

vítimas de feminicídio registrados no DF entre jan. 2015 e jul. 2024

167

das vítimas de feminicídio eram mães

Programa Acolher “Eles e Elas”

Coordenado pela Secretaria da Mulher do DF, reconhece como órfãos do feminicídio os filhos naturais, adotados ou sob guarda ou tutela de vítimas. O benefício mensal é de um salário mínimo.

R\$ 1.205.848,00

total pago em benefícios no Programa Acolher “Eles e Elas”, em 2024.

153

peçoas foram beneficiadas pelo Programa

109

é o total de potenciais beneficiários do Programa

Órgãos e seus programas/projetos de defesa da mulher no DF:

SMDF	Programa Acolher, Centros Especializados de Atendimento à Mulher, Casa Abrigo, Espaço Acolher, Comitê de Proteção à Mulher e Casa da Mulher Brasileira
SEJUS	Programa Direito Delas
SEDES	CRAS, CREAS e CCFV
SES	Centros de Especialidades para a Atenção às Pessoas em Situação de Violência Sexual, Familiar e Doméstica (CEPAV)
TJDFT	Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e Centro Judiciário de Solução de Conflitos e de Cidadania da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar
PCDF	Delegacias de Polícia e Delegacias de Atendimento Especial à Mulher (DEAM)
CLDF e DPDF	Núcleo de Atendimento à Mulher – NUAT
MPDFT	Promotorias de Justiça de Defesa da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar



Rede de apoio à mulher no DF

Uma produção Conofis/CLDF

A Lei Distrital n.

5.952/2017

estabelece atendimento obrigatório e integral a vítimas de violência sexual, garantindo assistência emergencial, multidisciplinar (médica, psicológica e social) e imediata em todos os hospitais do SUS.

NUPAV

O Núcleo de Prevenção e Assistência a Situações de Violência atua em cada região de saúde, sendo responsável pelo atendimento às vítimas de violência nos hospitais locais.

Total de 7 unidades

CEPAV

Centros de referência no atendimento a vítimas de violência sexual, familiar e doméstica, também chamados de "Flores em Rede".

Total de 18 unidades

Algumas unidades do CEPAV possuem atendimento especializado: o CEPAV Caliandra, no Adolescento, atende exclusivamente adolescentes vítimas de violência, enquanto o CEPAV Alecrim, no HRAN, é voltado a adultos ofensores encaminhados pelo Judiciário.

No HMIB, além do CEPAV Violeta, funciona o Programa de Interrupção Gestacional Prevista em Lei (PIGL), que atende mulheres que engravidaram devido à violência sexual.

79

é o número de servidores identificados na rede NUPAV/CEPAV/DF

50

profissionais de saúde, pelo menos, atuam na rede NUPAV/CEPAV/DF

4

médicos psiquiatras atuam na rede, todos vinculados ao CEPAV Flores da Central, no HRAN

O CEPAV Azaleia, no HRT, não conta com assistente social.

O CEPAV Orquídea, no HRSam, não conta com psicólogo.

A única categoria sem déficit é a de psicólogos, mas sua distribuição entre as unidades é desigual.

Número reduzido de atendimentos:

2,91% são realizados por enfermeiros

3,48% são realizados por ginecologistas

O déficit de pessoal na rede NUPAV/CEPAV/DF é de:

- 5 Técnicos de Enfermagem;
- 6 Assistentes Sociais;
- 20 Enfermeiros;
- 28 Médicos Geriatrias;
- 32 Médicos Ginecologistas;
- 32 Médicos Psiquiatras.

2.448h

é o déficit total de horas de profissionais de saúde na rede NUPAV/CEPAV, necessárias para garantir o funcionamento integral de cada unidade (40 horas semanais).



Casa da Mulher Brasileira em Ceilândia

Uma produção Conofis/CLDF

A CMB-DF, localizada em Ceilândia, é um equipamento com gestão compartilhada entre a União e o GDF.

Atualmente, existem 10 unidades com este modelo em funcionamento no Brasil, localizadas em Campo Grande (MS), Ananindeua (PA), Salvador (BA), Teresina (PI), Curitiba (PR), Fortaleza (CE), São Paulo (SP), Boa Vista (RR), Ceilândia (DF) e São Luís (MA).

Alguns serviços da Casa:

- * Atendimento psicossocial às mulheres;
- * Alojamento temporário;
- * Atividades voltadas ao empoderamento e ao autoconhecimento feminino.

+ de
20 mil

atendimentos foram realizados
pela CMB de Ceilândia.

14

leitos são disponibilizados na
unidade, com o suporte de uma
equipe multidisciplinar de 50
profissionais.

A Casa conta com um Núcleo da Defensoria Pública do Distrito Federal (DPDF), que oferece atendimento jurídico às mulheres acolhidas. Sua atuação é integrada a uma rede de proteção formada por órgãos do Poder Judiciário, Ministério Público, Polícia Civil, Polícia Militar, Hospital Regional de Ceilândia, Corpo de Bombeiros e Defensoria Pública, todos localizados próximo à CMB.

Endereço: CNM I, Bloco I, Lote 3
Funcionamento 24 horas

4

novas CMBs estão em construção em
Brasília, localizadas em São Sebastião,
Sobradinho, Sol Nascente/Pôr do Sol e
Recanto das Emas.

No local, funciona o
Espaço Empreende Mais Mulher
que oferece cursos gratuitos para
capacitar mulheres – vítimas ou não de
violência doméstica – para o mercado de
trabalho e o empreendedorismo.



Planejamento e execução orçamentários destinados às mulheres 2020-2024*

Uma produção Conofis/CLDF

*até o mês de outubro

A Lei Distrital n. 7.067/2022

criou o relatório temático “Orçamento Mulheres” como instrumento de controle social e fiscalização do orçamento público.

Estrutura do Orçamento



- O aspecto generalista gera dificuldade de estabelecer relação entre a programação orçamentária e as políticas públicas e de identificar os beneficiários das ações orçamentárias.
- É necessária uma programação orçamentária mais transparente.

Não atendida!
A única publicação ocorreu como quadro do PLOA/2023, de forma insuficiente quanto à estrutura e apresentação.

Planejamento e execução orçamentários destinados à mulher (em milhões de reais)

Etapas	2020	2021	2022	2023	2024*
Dotação Inicial	4,9	20,3	11,3	8,1	15,4
Dotação Autorizada	9,3	9,5	16,5	22,8	53,1
Empenho	1,8	3,4	6,3	12,1	24,6
Liquidação	1,6	2,7	6,1	11,7	16,5

* Em 2024, estão contemplados apenas os valores de janeiro a outubro.

Dotação

- Insuficiência orçamentária: com exceção de 2021, a dotação inicial aparentou ser insuficiente, pois a dotação autorizada foi, em média, mais que o dobro da inicial.
- 2020-2022: a dotação inicial já superava os valores efetivamente empenhados, indicando que ajustes não eram necessários.
- 2023-2024: ajustes na dotação inicial foram, de fato, necessários.

Empenho e Liquidação

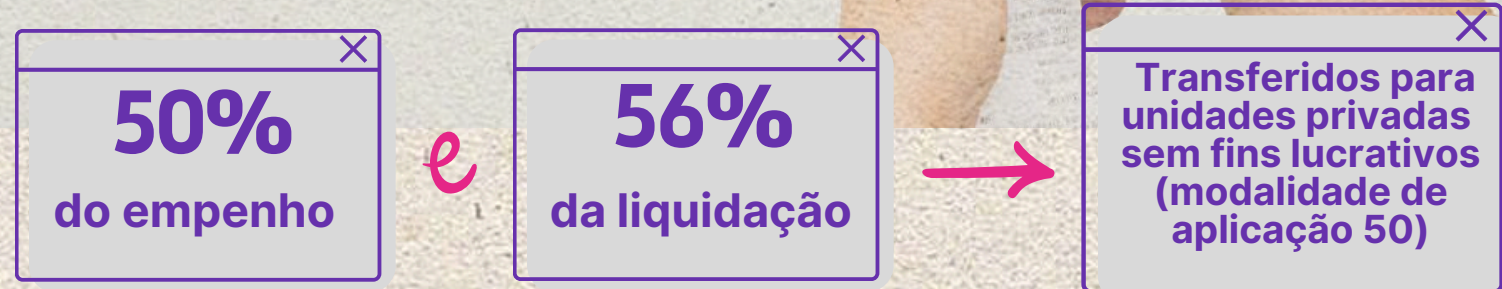
- Crescimento significativo: de um exercício para o outro, houve aumentos percentuais expressivos.
- 2023 X 2024 (jan. a out.): os valores empenhados mais que dobraram, enquanto que os liquidados foram mais de quatro vezes superiores aos de 2023.



Planejamento e execução orçamentários destinados às mulheres 2020-2024*

Uma produção Conofis/CLDF

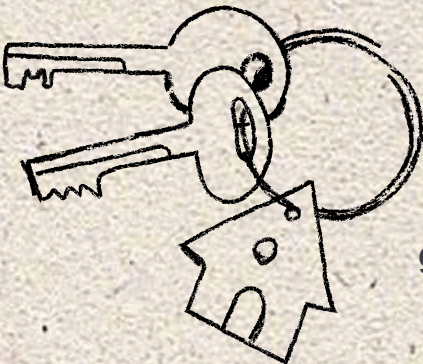
*até outubro



Valores de dotação, empenho e liquidação cresceram ao longo do período.
% de crescimento dos valores liquidados de um ano para o seguinte vem diminuindo.
% de execução (exceto em 2024) aumentou ao longo do período, o que pode indicar melhor planejamento orçamentário.



Apesar de 13 Unidades Orçamentárias terem recebido dotação, apenas 3 tiveram valores empenhados/liquidados, sendo que, a partir de 2021, a SMDF passou a concentrar pelo menos 90% do orçamento, tanto em termos de dotação quanto de empenho e liquidação.



Programa Aluguel Social

até 9/12/2024

Instituído pela Lei n. 6.623/2020, o programa garante moradia segura a mulheres em situação de extrema vulnerabilidade econômico-social, vítimas de violência doméstica no DF.

Esse programa é regulamentado pelo Decreto n. 45.989/2024

➤ Dotação Inicial: R\$ 10.000,00 ➤ Dotação Autorizada: R\$ 1.510.000,00



59 mulheres contempladas

por 77 Notas de Empenho, das quais, 35 foram pagas.

Valor empenhado: R\$ 46.200,00
Valor pago: R\$ 21.000,00

Relatório do 5º bimestre de 2024 publicado pela SEEC: meta de mil mulheres

Concessão aquém do almejado.

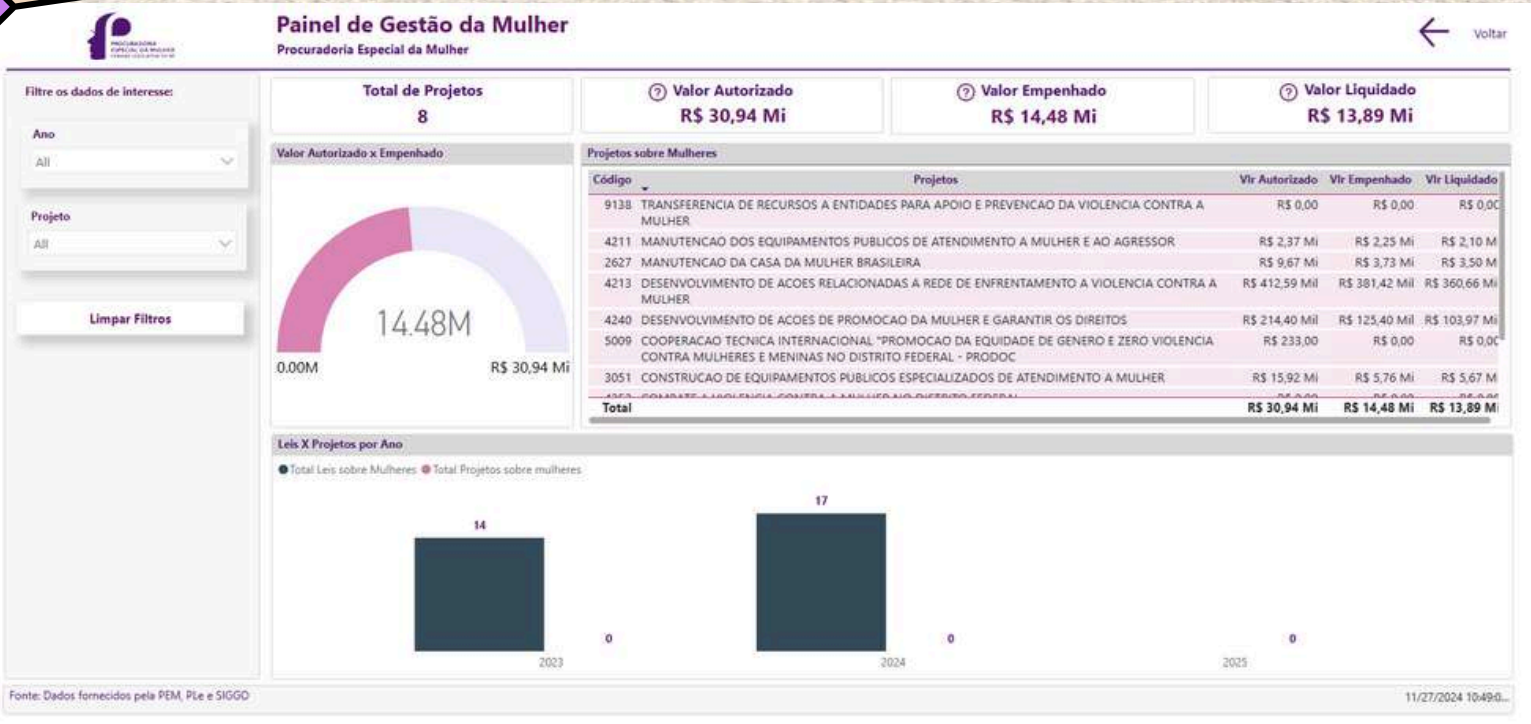
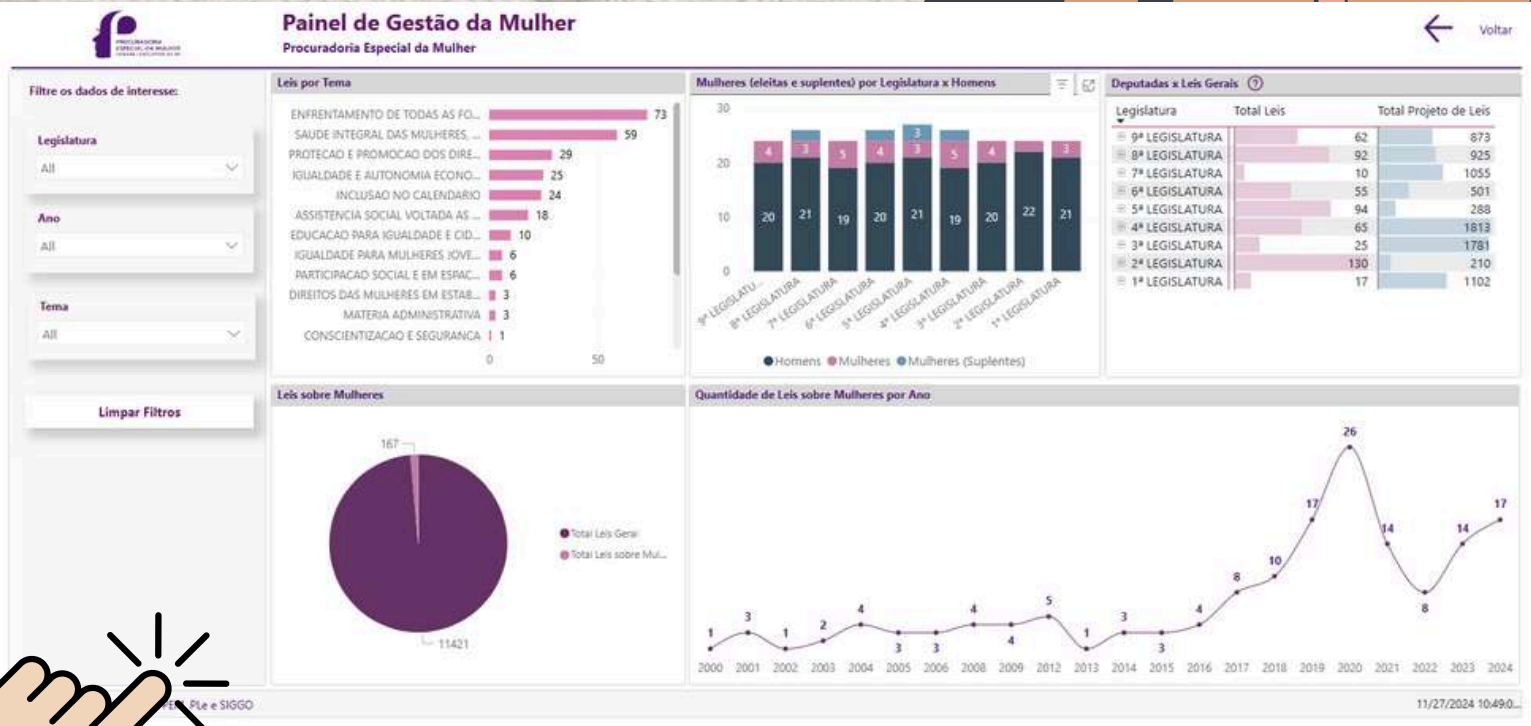
6 beneficiárias com CEP fora de Brasília!



Dashboard especial da mulher

Uma produção Conofis/CLDF

Painel interativo de acompanhamento de leis e projetos



Acesse o painel completo em:
www.cl.df.gov.br/web/observatorio-da-mulher



As informações são passíveis de atualização

www.cl.df.gov.br/conofis
Acesse todos nossos trabalhos

Elaboração e Diagramação
Louise Fernandes
Leonardo Martins